



DIFERENÇAS ORGANIZACIONAIS DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO SUDOESTE PARANAENSE

Rogério Michael Musatto
UNIOESTE

Resumo

O presente artigo apresenta uma proposta de classificação tipológica de unidades de produção agrícola no campo da região Sudoeste paranaense. A partir das diferentes atividades e fontes econômicas apresentadas se organiza uma diferenciação entre unidades de produção, que muitas vezes expressam as formas desiguais de adaptação ao processo de modernização da agricultura presente no território em questão. Essa classificação surge da necessidade de compreensão do desenvolvimento de diferentes atividades por parte de agricultores familiares, assim como a importância das rendas não agrícolas presentes nessa categoria de agricultores, as quais se mostram significativas e conseqüentemente importantes para a permanência dos mesmos no campo.

Palavras-chave: Sudoeste paranaense. Agricultura Familiar. Rendas não agrícolas.

DIFERENCIAS ORGANIZATIVAS DE LAS UNIDADES DE PRODUCCIÓN AGROPECUARIA EN EL SUROESTE PARANAENSE

Resumen

En este artículo se propone una clasificación tipológica de las unidades de producción agrícola en el campo de la región Suroeste paranaense. A partir de las diferentes actividades y fuentes económicas presentadas se organiza diferenciar entre las unidades de producción, que muchas veces expresan las formas desiguales para adaptarse al proceso de modernización de la agricultura en este territorio. Esta clasificación se debe a la necesidad de comprender el desarrollo de las diferentes actividades de los agricultores familiares, así como la importancia de los ingresos no agrícolas presentes en esta categoría de agricultores, que muestran significativas y por lo tanto importante para su permanencia en el campo.

Palabras-clave: Suroeste paranaense. Agricultura Familiar. Los ingresos no agrícolas.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade apresentar uma proposta de classificação tipológica de unidades de produção agrícola, tendo como base territorial o campo da região Sudoeste paranaense.

Apresentado em Musatto (2016)¹, a organização e o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas, a partir de fatores internos e externos nas unidades de produção, sejam elas baseadas no trabalho familiar ou não, são responsáveis por diversos arranjos organizacionais econômicos.

A partir e sobre esses arranjos é que ocorre a atuação econômica dos agricultores, sendo que nem sempre as atividades agrícolas vão se mostrar únicas e ou principais fontes de renda.

Uma tentativa de classificação contribui para a percepção científica das diferenças econômicas entre unidades de produção, as diferentes fontes de renda existentes na agricultura. São propostas classificatórias que se entendem como necessárias para projetos de desenvolvimento e políticas públicas por parte do Estado.

A proposta de classificação que se apresenta neste artigo surgiu da necessidade de compreensão do desenvolvimento de atividades não agrícolas por parte de agricultores familiares, tendo como local de pesquisa a comunidade de Palmeirinha no município de Itapejara D'Oeste na região Sudoeste paranaense (localização mapa 1), e apresentada em Musatto (2016). A partir dessa proposta de pesquisa surgiu à necessidade de compreender quais eram os agricultores que praticavam a pluriatividade² e quais eram as combinações internas com as demais atividades agrícolas que se mostravam no território estudado.

A partir desses questionamentos e propostas de pesquisa chegou-se a apresentação de uma classificação das diferentes formas de organização econômica não somente das unidade pluriativas, mas em todas as demais. A partir da realidade territorial do local de pesquisa que apresenta características semelhantes às regionais do Sudoeste paranaense, se organizou esta apresentação.

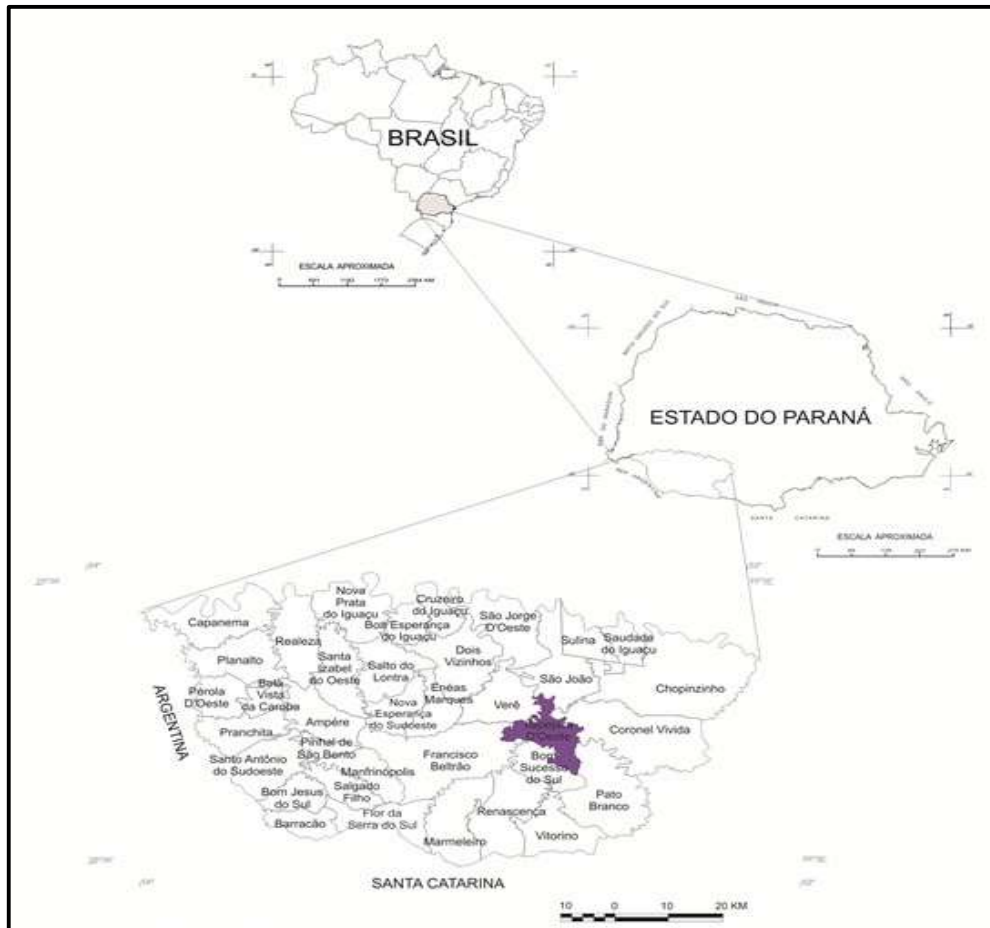
São em sua maioria pequenas unidades de produção, baseadas no trabalho familiar, que predominam na região Sudoeste paranaense, como apresentado em Santos (2008). Apesar das condições adversas como relevo acidentado em muitas áreas, as técnicas e características da modernização da agricultura se fazem presentes na região, a partir principalmente das décadas de 1970 e 1980.

No plano teórico essa proposta tipológica é embasada nas principais características do que Silva (1998) e (2002) denomina de novo rural brasileiro, considerando diferentes dinâmicas no campo a partir do processo de modernização da agricultura, e urbanização do campo.

Mesmo tendo a consciência das especificidades territoriais da pesquisa de Graziano da Silva, principalmente na realidade do interior paulista, se acredita pertinente uma comparação com a proposta aqui apresentada, justamente pelo

pioneirismo do estudo do autor mencionado, assim como a consideração de novas relações territoriais no campo brasileiro.

Figura 1. Localização do município de Itapejara d’Oeste – PR



Mapa base: IBGE. Org: Rogério Musatto. 2016.

Da mesma forma a consideração do que Schneider (2003) classifica como um processo de reestruturação agrária apresentando as principais formas de organização no campo. Para que essa apresentação seja possível se organizou um apontamento a respeito da organização da agricultura no Sudoeste paranaense, partindo de algumas características gerais a nível nacional que influenciam regionalmente.

Territorialização do capital e mudanças organizacionais no campo a partir da modernização da agricultura brasileira

Optou-se em Musatto (2016) por uma análise territorial³ do campo, considerando a atuação de diferentes agentes territoriais que influenciam na configuração atual. Dessa forma quando se tem por base o território do Sudoeste paranaense, e necessário apresentar os movimentos mais gerais da agricultura brasileira ao longo das últimas décadas, como influentes na organização regional.

Sobre o processo de territorialização da modernização da agricultura brasileira, Silva (1998) remete ao papel do Estado na atual configuração daquilo que define como consolidação dos complexos agroindustriais, ou seja, o Estado como um dos principais atores territoriais responsáveis pelas ligações econômicas das atividades e setores agrícolas com setores e mercados para além das atividades agrícolas.

Uma característica desse processo é a integração ou não das pequenas unidades de produção ao processo de modernização, classificada por alguns autores como conservadora justamente por ter como base as históricas formas de organização baseada em unidades com grandes extensões verticais de terras, e a marginalização e ou parcialidade de integração das pequenas unidades de produção.

A agricultura familiar⁴, por ser sensível socialmente às mudanças técnicas na agricultura, vai apresentar, de acordo com Silva (1998), nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, mesmo que de forma heterogênea, o desenvolvimento de algumas culturas específicas do processo de modernização. Já em outras regiões, os pequenos agricultores não apresentam esse mesmo dinamismo e acabam mostrando um quadro de pobreza e êxodo rural maior, como ocorreu no Nordeste brasileiro, aliado a períodos de seca.

Diante de uma necessidade cada vez maior de incremento tecnológico, a modernização tem como consequência, conforme Silva (2002), uma definição sobre o futuro das pequenas unidades, como integradas ou não a essas dinâmicas.

Quanto à mecanização propriamente dita, não ocorre uma adaptação de técnicas de produção destinadas a atender as especificidades e condições das unidades menores. Ou seja, é uma modernização que contempla uma forma específica de organização, pautada em grandes extensões de terras. A partir dessa característica se acentuam as consequências sociais para unidades menores e ou parcialmente integradas.

São consequências visíveis no território do Sudoeste paranaense, justamente pela presença de unidades pequenas em áreas e locais com relevo acidentado, apresentando declividades muitas vezes incompatíveis com as técnicas impostas pelo denominado pacote tecnológico da revolução verde⁵.

Nessa especificidade técnica e organizacional predominam os interesses territoriais de apenas alguns agentes no campo, contando historicamente com a colaboração do Estado. “A relação entre a representação dos interesses

empresariais e o Estado é essencial para explicar o processo histórico de constituição dos complexos agroindustriais no Brasil” (SILVA, 1998, p. vii).

Portanto, são agentes territoriais internos e externos ao território nacional, como empresas e organizações transnacionais e o próprio Estado, organizados e atuando historicamente de acordo com algumas tramas de poder, que vão desencadear nas alterações econômicas/produativas e sociais/organizacionais que se apresentam no campo brasileiro.

Nessa mesma leitura de interesses nacionais e internacionais manifestados no território é que Gonçalves (2005) faz sua análise geopolítica da modernização da agricultura brasileira.

A inserção da agricultura na dinâmica do desenvolvimento capitalista decorre de determinantes globais que conferem as características mais amplas à expansão do processo de acumulação, mas está mediatizado por especificidades definidas pela forma como os capitalismo nacionais são acoplados ao movimento mais amplo e globalizado (GONÇALVES, 2005, p.21).

Ocorrem alterações nas formas de produção entendidas como técnicas/econômicas que não se restringiram somente a essa esfera, mas a partir de uma análise territorial pode ser compreendida também como alterações sociais e nela a própria relação homem-natureza sofre modificações.

Deve-se ter em mente que essas transformações técnicas de integração das atividades agropecuárias com a indústria, em que ocorre um incremento tecnológico tanto em máquinas quanto de insumos, faz com que a produção agropecuária brasileira aumente significativamente, representando um importante setor da economia nacional.

Porém, esse processo apresenta algumas consequências sociais excludentes e naturais de profundas alterações, já que essa modernização contempla poucas culturas aceitas pela indústria e como produto de exportação para mercados internacionais.

Consequências sociais e econômicas, de acordo com Silva (1998), manifestadas principalmente na concentração de terras e centralização de capitais, que irão desencadear outras de maneira direta e indireta, como na marginalização de pequenos agricultores e o desenvolvimento de outras atividades no campo.

Formas de organização de unidades de produção a partir da modernização da agricultura

A partir das teses de Silva (2002) no denominado novo rural brasileiro e nas características do que Schneider (2003) vai classificar como reestruturação

agrária, busca-se uma comparação com o território do Sudoeste paranaense, onde pequenas unidades de produção apresentam variadas formas de organização e produção a partir das características territoriais existentes.

Ao classificar os agricultores brasileiros a partir da consolidação dos CAIs, Silva (1998) os diferencia em produtores integrados e não integrados, e a partir dessa característica sua forma de atuação.

Os integrados se forem grandes capitais, estarão verticalmente relacionados às atividades agroindustriais; se forem pequenos, buscarão formas sociais sem fim, através de organizações cooperativas sindicais onde procurarão melhorar o seu poder de barganha diante daqueles grandes capitais verticalmente integrados (SILVA, 1998, p.169).

Silva (1998) afirma ainda que o nível de vida dos segmentos não integrados aos CAIs dependerá muito da organização dos mesmos e, principalmente, das políticas agrícolas que o Estado apresenta.

A marginalização das pequenas unidades aos processos produtivos da agricultura moderna ocorre devido à impossibilidade de integração das mesmas aos circuitos produtivos. Percebe-se assim a importância do Estado no planejamento de políticas públicas ou até mesmo a própria organização política dos pequenos agricultores na amenização das consequências.

Nesse pensamento, a crítica de Silva (1998) à precarização e mesmo à tecnificação dos pequenos agricultores é perceptível ao apontar que:

De um lado, um inegável processo de proletarização, de outro podemos apontar também, dentro do espectro de diferenciação do campesinato, a recriação de produtores familiares que se tecnificam crescentemente, sem, todavia, conseguir escapar da sina de permanecer como pequenos produtores (SILVA, 1998, p.166).

Outro aspecto de alteração provocado pela modernização da agricultura em unidades de produção familiares é o aumento da exploração do trabalho, o qual nem sempre representa uma melhoria nas condições de vida. Em muitos casos ocorre um profundo processo de endividamento e impossibilidade de produção, como apresentado por Santos (2008), ou mesmo uma intensificação do uso de força de trabalho em atividades como avicultura, fumiicultura e até mesmo na pecuária leiteira.

São necessidades de ganhos econômicos cada vez maiores e, no caso de se tratar de unidades pequenas em extensão, ocorre uma acentuada utilização da força de trabalho familiar para que ocorra essa compensação econômica.

Culturas como soja e milho, muito presentes no Sudoeste paranaense, acabam por diminuir a utilização da força de trabalho e até mesmo amenizar a penosidade física à qual eram submetidos os agricultores em técnicas de produção tradicionais. Essa característica, conforme Santos (2008), vai ser importante para a incorporação da agricultura tecnificada mesmo em pequenas unidades, onde a mesmas não é adequada.

O que se questiona não é a modernização como possibilidade de aumento da produtividade e diminuição do trabalho braçal direto pela mecanização em algumas atividades, mas sim sua incapacidade de adaptação às condições das pequenas unidades, tendo como destinação as grandes unidades produtivas.

O padrão tecnológico adotado e difundido não se adéqua às necessidades da pequena produção e as razões para isto são simples: as características estruturais da agricultura familiar brasileira não se adéquam ao padrão tecnológico disponível; o processo não foi feito para os pequenos. De um lado, características como limitada disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições ecológicas adversas – piores terras – policultura, insuficiência de recursos para investimentos e mão-de-obra numerosa dificultam o acesso à moderna tecnologia (ALENTEJANO, 1997 *apud* SAUER, 2008, p. 18).

Ao mesmo tempo, decorrentes de visões de que o campo representaria uma melhor qualidade de vida, diante dos inúmeros problemas urbanos e até mesmo uma preocupação ambiental, surgem novas formas de valorização do espaço rural, como o turismo rural e serviços de lazer a partir de um maior contato com a natureza, além de pequenas agroindústrias de beneficiamento de alimentos destinados a nichos específicos de mercado, como apresentado em Silva (2002).

Mesmo não se enquadrando totalmente na realidade pesquisada, entende-se necessária uma consideração a respeito da valorização do rural apresentado em Silva (2002), por se tratar de um movimento mais presente em territórios rurais próximos a regiões metropolitanas, porém, no Sudoeste paranaense, essas mudanças se manifestam numa maior ligação entre o campo e as pequenas cidades existentes no território, tanto nos fluxos de pessoas quanto de mercadorias e informações.

Uma característica desses autores pertinente com a realidade estudada refere-se, portanto, à emergência de atividades não agrícolas presentes tanto em Silva (2002) quanto em Candioto (2007) e nas considerações de Schneider (2003).

Apresentam-se, assim, inicialmente, as idéias de Silva (2002) sobre o que denomina “novo rural” brasileiro, sem a preocupação de concordar ou não com essa teoria, e sim como forma de ilustrar as transformações sociais no rural e mesmo pela importância e pioneirismo da pesquisa de Graziano da Silva nesses estudos. Silva (2002) vai entender e denominar o “novo rural” a partir de 4 características ou subconjuntos de organização, presentes no Quadro 1.

Quadro 1. Características do “Novo rural brasileiro” em Graziano da Silva 2002.

1. Uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o agribusiness brasileiro;
2. Um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os “sem-sem” como já os chamamos em outras oportunidades, que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso agribusiness;
3. Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e
4. Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados.

Fonte: Graziano Da Silva (2002). Org: Rogério Musatto, 2016.

São as atividades surgidas a partir da valorização do rural, como turismo e serviços, apresentadas por Silva (2002), que não se apresentam significativas na agricultura familiar do Sudoeste paranaense, porém o que se observa em Musatto (2016) é justamente a incorporação dos mesmos a atividades não agrícolas externas à unidade como significativas.

Schneider (2003), ao classificar o processo de reestruturação agrária, define como um movimento global, sobretudo em países de capitalismo avançado, tendo como início o pós-Segunda Guerra e desencadeando alterações perceptíveis com mais nitidez após a década de 1980, classifica como um processo que afeta a estrutura agrária em quatro características de acordo com o Quadro 2.

Schneider (2003) aponta justamente para as novas formas de consumo e exploração econômica do rural decorrentes da intensificação capitalista, mesmo que de maneira desigual territorialmente nas últimas décadas do séc. XX e primeiras do séc. XXI como estruturas agrárias:

Fortemente marcadas pela consolidação do sistema agroalimentar internacional e pela mercantilização crescente tanto das relações de produção como daquelas dimensões que Marsden enquadra na esfera do “consumo não-produtivo”, como a paisagem rural, o clima, o ambiente natural, etc (SCHNEIDER, 2003, p.96).

Quadro 2. Schneider (2003) - Reestruturação agrária: Principais características.

1. A primeira refere-se à superprodução de produtos agrícolas devido à aceleração do progresso técnico na agricultura e da relativa estabilidade de preços decorrente do apoio e da intervenção do Estado na produção agropecuária dos países desenvolvidos.
2. A segunda refere-se às consequências ambientais decorrentes da superprodutividade da agricultura, especialmente no que diz respeito ao seu impacto sobre a paisagem rural.
3. A terceira característica está relacionada ao crescimento desigual da riqueza gerada pelos avanços tecnológicos entre os agricultores e entre as diferentes regiões.
4. E a última característica de reestruturação estaria assentada sobre as mudanças no trabalho familiar agrícola, especialmente no que se refere à emergência da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no espaço rural.

Fonte: Schneider (2003, p. 114). **Org:** Rogério Musatto, 2016.

Compreende-se o local estudado nessa pesquisa como vinculado e/ou integrado aos processos capitalistas no campo. Visto que, a partir da pesquisa de Santos (2008), o Sudoeste paranaense, com um território rural ocupado fortemente por pequenas unidades de produção familiares, participa mesmo que de maneira desigual do processo de modernização da agricultura.

Propõem-se, assim, uma classificação das diferentes dinâmicas e formas organizacionais de unidades de produção presentes no território local, englobando unidades de produção familiares e não familiares. É o que se apresenta no quadro a seguir.

Mesmo sabendo dos riscos de uma classificação tipológica, devido à enorme diversificação e combinações de características presentes nas unidades rurais, não somente nas familiares, pensou-se, a partir das atividades desenvolvidas e das fontes de renda, em diferenciar dinâmicas organizacionais e categorias de unidades de produção, para a melhor compreensão da organização das mesmas.

Tendo como base as leituras teóricas feitas e a realidade pesquisada, compreendida não somente nos limites do município de Itapejara D'Oeste, mas como características organizacionais e de atuação de agricultores presentes na

maior parte do território do Sudoeste paranaense, apresentou-se o quadro classificatório, sem a intenção de fechar ou limitar as diferentes categorias, e sim apresentar algumas características como atividades e fontes de rendas, compreendidas como significativas e decisivas para a diferenciação entre unidades.

Quadro 3. Características organizacionais de unidades de produção a partir da atuação econômica e fontes de renda – Sudoeste paranaense.

<p>Especialização da produção: Atividades agrícolas dinamizadas em termos de capital e tecnologias: agricultura, avicultura, suinocultura e outras atividades, integração a mercados e circuitos produtivos. Especialização de produção, contratação de mão de obra. Racionalização da produção. Suporte técnico a partir do mercado. Administradores agrícolas.</p>
<p>Diversificação da produção: Médias e pequenas unidades de produção que têm na diversificação interna grande contribuição econômica. Base na produção agrícola com diversificação tanto agrícola quanto não-agrícola interna e externa. Combinações de atividades agrícolas tendo como base econômica a agricultura convencional, pequenas agroindústrias. Contratação de mão de obra temporária. Intenso uso da força de trabalho familiar na unidade.</p>
<p>Diversificação das fontes de renda: Pequenas unidades de produção que nem sempre tem uma atividade agrícola como base econômica. Diversificação das fontes de renda: trabalho assalariado agrícola e não-agrícola, aposentadorias/pensões. Perda de importância das atividades agrícolas (arrendamento). Pluriatividade como alternativa.</p>
<p>Precarização das fontes de renda: Baixa diversificação de fontes de renda. Pequenas unidades e pouca diversificação das fontes de renda internas e externas. Agricultura convencional em pequenas extensões e/ou venda de força de trabalho com baixa qualificação, informalidade. Forte presença de aposentadorias/pensões. Saída de membros familiares em direção à cidade.</p>

Fonte: Elaboração do autor. Org: Rogério Musatto, 2016.

Mesmo se deparando na pesquisa empírica feita em Musatto (2016), com uma variada possibilidade de combinações e alguns arranjos de unidades e famílias que apresentam características de diferentes categorias mostradas no Quadro 3, é possível pensar na importância das atividades agrícolas e mesmo das não agrícolas para as unidades de produção familiares.

A diferença social presente na agricultura e compreendida através das considerações das atividades econômicas desenvolvidas, pelos diferentes tamanhos das unidades de produção, assim como da atuação dos agricultores tanto internamente quando externamente.

A dependência das rendas externas, como no trabalho não agrícola externo a unidade de produção, assim como as transferências sociais por aposentadorias e ou pensões são mais facilmente observadas nas pequenas unidade de produção. Essas fontes de renda apesar de presentes em unidades mais dinamizadas em termos de capital e atividades representa somente uma complementação do orçamento nas mesmas.

Já as atividades agrícolas tendem a se apresentarem como mais importantes em termos de renda nas maiores e mais dinamizadas unidades de produção e nas menores como um complemento ou contribuinte para a subsistência da família. Isso geralmente se deve ao tamanho reduzido da unidade, na falta de máquinas próprias e capital para o desenvolvimento das atividades agrícolas, sendo que as fontes não agrícolas de renda são principais e decisivas para a sobrevivência familiar.

Essa proposta tipológica além de uma importante ferramenta para análise científica e de planejamento, possibilita um panorama da agricultura no Sudoeste paranaense. A diferenciação entre unidades de produção, de acordo com as atividades econômicas permite pensar nas transformações a partir da modernização da agricultura no território local, ou seja, a integração de algumas unidades a esse processo, assim como a marginalização e exclusão de outras tantas.

CONCLUSÕES

O quadro analítico é baseado, principalmente, na importância das atividades responsáveis pela renda nas unidades de produção, sendo que em algumas delas as atividades agrícolas são mais importantes em termos econômicos; em outras unidades as mesmas perdem essa importância, surgindo fontes de renda não agrícolas.

Percebe-se, assim, a partir das leituras feitas e da proposta de diferenciação de dinâmicas econômicas nas unidades de produção do Sudoeste paranaense em uma estratificação e desigualdade presente no campo regional.

Além disso, foram apresentadas as condições territoriais que influenciam principalmente unidades em que as atividades agrícolas não são suficientes para a sobrevivência e permanência e apresentam membros familiares inseridos em atividades externas.

A presença de fontes externas de renda, como o trabalho assalariado urbano e ou em outra unidade de produção, assim como as transferências sociais como aposentadorias e pensões em muitos casos como responsáveis pela permanência de famílias no campo.

Considera-se, dessa forma, que o denominado processo de modernização da agricultura não é capaz de reduzir as condições de pobreza no campo, principalmente em pequenas unidades de produção, pelo contrário, essas

mudanças impostas a partir da intensificação do capitalismo nas atividades agrícolas intensificam as desigualdades sociais.

A diversificação e as práticas de atividades não agrícolas, entretanto, constituem alternativas que amenizariam, melhorando as condições de vida das famílias com pequenas unidades de produção, porém deixando as vulneráveis aos setores econômicos inseridos, justamente pela perda de autonomia que era mais significativa nas atividades agrícolas desenvolvidas, tanto na organização da unidade quanto na vida dos mesmos.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Turismo Rural na Agricultura Familiar: Uma abordagem Geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural (Citur), Município de Colombo – PR**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2007.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª Edição. Ver. - Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

_____. **O Novo rural brasileiro**. 2ª Edição. rev. - 1ª. Reimpr. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2002.

GONÇALVES, José Sidnei. **Agricultura Sob a égide do Capital Financeiro: Passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios**. Informações Econômicas, SP, v.35, n.4, abr. 2005.

MUSATTO, Rogério Michael. **Pluriatividade na Agricultura Familiar na comunidade de Palmeirinha no município de Itapejara D' Oeste – PR**. UNIOESTE, Dissertação – Mestrado em Geografia. Francisco Beltrão, PR. 2016.

_____. **Pluriatividade na Agricultura Familiar do município de Itapejara D' Oeste – PR** (Monografia). Centro de Ciências Humanas. Bacharelado em Geografia - UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia Do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. (tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, SP. 2008.

SAUER, Sérgio. **Agricultura versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Embrapa Informação Tecnológica (Texto para Discussão). Brasília, DF. 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1 ed. Expressão Popular. São Paulo – SP. 2007.

SAUER, Sérgio. **Agricultura versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Embrapa Informação Tecnológica (Texto para Discussão). Brasília, DF. 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS. Porto Alegre – RS. 2003.

Contato com o autor: rogeriomussatto@hotmail.com

Recebido em: 04/06/2022

Aprovado em: 20/12/2022

¹ Pesquisa de mestrado em Geografia intitulada: “Pluriatividade na agricultura familiar na comunidade de Palmeirinha no município de Itapejara D’Oeste – PR” Apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus de Francisco Beltrão.

² A partir do levantamento teórico feito principalmente nas leituras de Schneider (2003) e Candiotto (2007), a pluriatividade é compreendida como o desenvolvimento de diversas atividades econômicas por membros familiares de uma determinada unidade de produção. São combinações de diferentes atividades tanto agrícolas quando não agrícolas internas e ou externas a unidade de produção.

³ Considera-se análise territorial no referido estudo como uma ferramenta metodológica para análise da territorialização da modernização da agricultura. Fundamental para compreender as relações de poder presentes no campo. Interação entre diferentes agentes territoriais: Estado, empresas, capitais, movimentos sociais, sindicatos, agricultores individualizados, entre outros. As mudanças e permanências em termos de atividades produtivas, Objetos técnicas e dinâmicas sociais, bem como as diferentes estratégias de atuação dos agricultores familiares: atividades e setores econômicos aos quais se inserem. Sobre o território Raffestin (1993) considera: “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder”. (p. 144).

⁴ Trabalha-se com a categoria Agricultura Familiar, em Musatto (2016), justamente pelas propostas da pesquisa, ou seja, compreender a importância econômica da pluriatividade para famílias de agricultores na comunidade de Palmeirinha Itapejara D’Oeste. Essa consideração da Agricultura Familiar nesse estudo se justifica pela significativa presença dessa categoria no Sudoeste paranaense, de acordo com dados do IBGE.

⁵ O termo Revolução Verde é atribuído ao processo de tecnicização da agricultura ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, em virtude dos avanços científicos no que tange à mecanização e à quimificação de etapas da produção agropecuária. Ao mesmo tempo em que a Revolução Verde

permitiu aumentar a produtividade e reduzir a força de trabalho e as adversidades nos cultivos (ao combater pragas), esta foi fundamental para ampliar a dependência dos agricultores em relação ao uso de máquinas e defensivos, bem como para reduzir a autonomia dos agricultores familiares, haja vista a concentração de terras e de riqueza nas mãos das empresas detentoras das tecnologias direcionadas à agricultura e pecuária (CANDIOTTO, 2007, p.76).